



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**12/12/2016**

# INDICE

---

1. JORNAL AQUI	
1.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	2
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	3
3.2. JUÍZES.....	4 - 5
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. ASSESSORIA.....	6

### **2º Juizado Criminal abre inscrições**

Estão abertas, no 2º Juizado Especial Criminal de São Luís (Avenida Casemiro Júnior, nº 260, Anil), as inscrições em "seleção de projetos para obtenção de recursos financeiros arrecadados com prestações pecuniárias, suspensão condicional do processo e transações penais" realizadas no Juizado. O encerramento das inscrições será dia 23 de dezembro.

## **Caso Pavetec: João Castelo respondia a ação por improbidade**

O ex-prefeito João Castelo (PSDB) faleceu quando ainda respondia a uma ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público.

O tucano foi acusado de contratar a empresa Pavetec, por R\$ 115 milhões, com dispensa de licitação indevida, para asfaltar a cidade.

Em maio de 2015, a juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Luzia Madeiro Neponucena, chegou a condená-lo à perda da função pública e dos bens e ao ressarcimento do valor do contrato aos cofres públicos. O tucano recorreu.

O processo foi aberto em 2011, quando ele ainda era prefeito, pelas promotorias de Probidade Administrativa e de Defesa do Patrimônio Público. No processo, o ex-gestor era acusado de haver fraudado uma recomendação do MP para decretar emergência e justificar a dispensa de licitação para contratar a Pavetec.

No documento, o promotor do Meio Ambiente, Fernando Barreto, recomendava a estabilização de áreas ameaçadas e a remoção de famílias onde não fosse possível a realização das obras.

Mas isso era para uma área específica. Segundo o MP, Castelo usou essa recomendação para garantir a decretação de emergência em outros pontos da cidade, dispensar licitação e contratar a empresa. ●

## ***2º Juizado Criminal abre inscrições***

Estão abertas, no 2º Juizado Especial Criminal de São Luís (Avenida Casemiro Júnior, nº 260, Anil), as inscrições em "seleção de projetos para obtenção de recursos financeiros arrecadados com prestações pecuniárias, suspensão condicional do processo e transações penais" realizadas no Juizado. O encerramento das inscrições será dia 23 de dezembro.

*Moro à maranhense* — As rodas do Judiciário maranhense elegeram o juiz Douglas Martins como o “Moro do Maranhão”, que comandando a Vara de Interesses Difusos e Coletivos tem aplicado decisões contra segmentos poderosos, atitude para somente magistrados independentes e corajosos. Membros influentes do Tribunal de Justiça olham com preocupação a veemência com que atua o juiz.

*Juíza* — Resta saber se com a saída da juíza temporária da Oitava Vara Criminal de São Luís, Cristiana Ferraz, a titular, juíza Oriana Gomes, vai continuar com a mesma firmeza contra os membros denunciados da Operação Simulacro.

## Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



### Ofensiva nefasta

As vozes indignadas que no último domingo (4) se levantaram em protestos contra a corrupção e o desperdício de dinheiro público, em todo o território nacional, expressaram uma crise sistêmica no País, que dias atrás foi palco de um triste espetáculo protagonizado pela Câmara Federal que – a pretexto de atualizar a definição do crime de abuso de autoridade – aprovou o Projeto de Lei nº 280/2016, visando intimidar magistrados e membros do Ministério Público que atuam no combate à corrupção.

A orquestração da nefasta ofensiva contra o Poder Judiciário e o Ministério Público tem como maestro o senador Renan Calheiros, réu em ação penal no Supremo Tribunal Federal (STF), por crime de peculato. Os principais apoiadores da proposta são subprodutos dos fertilizantes que fazem brotar uma rede de corruptos em órgãos públicos, desviando recursos, fraudando, furtando em benefício próprio e em prejuízo do Estado brasileiro.

O Projeto de Lei nº 280/2016 – que ainda será apreciado pelo Senado Federal – inviabiliza a atividade judicial, cria obstáculos às operações de combate à corrupção e traz dispositivos que atingem diretamente a independência dos Poderes constituídos.

É em razão dessas práticas nocivas à democracia que se delineou no País um quadro de insatisfação que hoje se projeta nas ruas. É o esgotamento do formato de política adotado, que leva a população a perder a crença no Brasil e em seus representantes.

Por negligenciarem com o povo, os políticos estão sendo acordados pela sociedade que não quer mais viver o pesadelo de manter aqueles que todos os dias dão demonstrações de desrespeito à cidadania brasileira, agindo à revelia dos interesses da população, a favor da qual tem a obrigação de trabalhar.

As manifestações em todo o país apontaram implacavelmente os erros cometidos na gestão dos recursos públicos, que resultaram na deterioração da saúde, educação, segurança pública e outras áreas importantes.

O nosso sistema político ainda está preso a um tempo pretérito e se afastou da sociedade civil que – além de ser obrigada a gastar alto percentual do que ganha com o seu trabalho para custear o que o Poder Público não consegue prover – tem ainda que se deparar com uma oferta de serviços ruins, de péssima qualidade, que pioram cada vez mais com a negligência dos políticos.

Em sentido estrito, o sistema político é o lado mais visível da crise, que expressa a decepção da população brasileira com a continuidade de atos ilícitos, onde um escândalo se sobrepõe a outro, dando a impressão de que a corrupção contamina os políticos indiscriminadamente.

A corrupção não pode continuar condenando a população brasileira a viver dentro de limites medíocres, criando um desencantamento com a política e com os políticos, diante da roubalheira da máquina pública, que leva o Brasil a perder a soma estratosférica de mais de R\$ 100 bilhões por ano com a corrupção.

Mais de R\$ 1 trilhão foi desviado dos cofres brasileiros nos últimos doze anos. No mesmo período, a Controladoria-Geral da União (CGU) fez auditorias em mais de 20 mil contratos da União com Estados, Municípios e Organizações Não Governamentais (ONGs), tendo encontrado irregularidades em 85% deles.

Nesses contratos, a CGU flagrou desvios de mais de R\$ 10 bilhões. Com o dinheiro que escoia a cada ano para a corrupção – que corresponde a 2,3% de todas as riquezas produzidas no país – seria possível erradicar a miséria, elevar a renda per capita e reduzir a taxa de juros. A perda de produtividade provocada por fraudes públicas no Brasil atinge a casa de US\$ 4,7 bilhões por ano. Da mesma forma que estradas e portos bem estruturados melhoram a produtividade do País, instituições ineficientes diminuem o ganho da Nação.

Muito dinheiro que poderia ser investido na precária infraestrutura do País é desviado pela corrupção. O efeito disso para a população é lamentável, já que menos investimentos significam menos emprego e renda, inviabilizando o bem-estar da população. O custo social é muito grande, pois priva as pessoas de uma melhor qualidade de vida e de liberdade de escolha. A corrupção aumenta o risco e a incerteza no ambiente de negócios do País. Para se proteger disso, os preços dos bens e serviços acabam embutindo o custo da corrupção, como se fosse um imposto.

Além de aumentar as incertezas, as fraudes públicas elevam as práticas oportunistas. Como alguns cometem atos ilícitos e não são punidos, os outros também adotam armas corruptas para competir. Há uma fragilidade sistêmica no Brasil, um processo de 'africanização'. Um dos problemas que elevam o índice de corrupção no Brasil é o número de mediadores no sistema. Da União até chegar ao destino estabelecido, o dinheiro passa por várias mãos, o que facilita a fraude. Resultado disso é a desigualdade entre as regiões.

Mas há uma luz no fim do túnel. Há quem acredite que a criação de mecanismos de fiscalização pública do orçamento do governo contribuiria para reduzir as fraudes. Sendo tudo eletrônico, é possível consultar o andamento dos processos, contratos de compra de serviços.

Mas isso precisa ser inteligível. Não adianta dispor de dados se não é possível fazer a leitura. Junta-se a isso à necessidade de redução da burocracia e a aprovação de leis mais racionais. Com as péssimas qualidades das leis, da governabilidade e do ambiente de negócios, as empresas hesitam em investir no País e deixam de criar emprego e renda para a sociedade.

A corrupção foi um dos principais motivos que fez com que a população perdesse a crença no Brasil nos políticos. O déficit de democracia e de legitimidade das instituições políticas coloca em xeque a capacidade dos atuais representantes em absorver e compreender as novas dinâmicas sociais e políticas que se expressam nas ruas do País. Os políticos corruptos instalaram o caos no país, desprezando honestidade, a responsabilidade com a coisa pública e o espírito republicano voltado para a supremacia do bem comum, que deve orientar todas as ações em uma verdadeira democracia.